

Congreso Internacional de **Investigación y Pedagogía**

nuevos ESCENARIOS
SUJETOS
ESCUELAS **nuevas**



11-15
OCTUBRE
2021

Freire y la Educación Contemporánea





**A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE PARA A
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Autores:

Buczenko, Gerson Luiz

Universidade Tuiuti do Paraná

Correo electrónico: buczenko@uol.com.br

Rosa, Maria Arlete

Universidade Tuiuti do Paraná

Correo electrónico: mariaarleterosa@gmail.com

Eje temático: Educación Ambiental y Paulo Freire. Relaciones decoloniales e interculturales.

Resumo: o presente trabalho parte de uma pesquisa em andamento na Universidade Tuiuti do Paraná, tem como objetivo geral analisar a contribuição do pensamento de Paulo Freire na Educação do Campo e na Educação Ambiental em sua perspectiva crítica. Como objetivos específicos foram delineados: avaliar a contribuição do pensamento de Paulo Freire na Educação do Campo; analisar as aproximações do pensamento de Paulo Freire com a Educação Ambiental em sua perspectiva crítica. A metodologia utilizada para o presente trabalho se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, com foco na produção acadêmica dos últimos 10 anos, envolvendo artigos acadêmicos,

livros e capítulos. A indagação que moveu pesquisa foi estabelecida da seguinte forma: as contribuições de Paulo Freire estão presentes nas abordagens da Educação Ambiental na perspectiva crítica e na Educação do Campo na atualidade? Entre os autores que contribuiram para a presente pesquisa estão Souza (2018), Loureiro (2004), Maia (2015), Freire (2005), entre outros. Verifica-se ao final que Paulo Freire está presente na Educação do Campo e na Educação Ambiental, com todo o seu legado, fortalecendo a cada educador, seja do campo, seja ambiental, com suas Obras, com seus exemplos de vida, inspirando a todos a fazerem a diferença, a insistirem sem temor na mudança dos seres humanos pela educação e a esperar que com eles, se pode mudar a triste realidade que assola o país.

Palavras-chave: Educação; Ambiental; Popular.

Introdução

O presente trabalho parte de uma pesquisa em andamento na Universidade Tuiuti do Paraná, tem como objetivo geral analisar a contribuição do pensamento de Paulo Freire na Educação do Campo e na Educação Ambiental em sua perspectiva crítica. A metodologia utilizada para o presente trabalho se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica, com foco na produção acadêmica dos últimos 10 anos, envolvendo artigos acadêmicos, livros e capítulos. A indagação que moveu pesquisa foi estabelecida da seguinte forma: as contribuições de Paulo Freire estão presentes nas abordagens da Educação Ambiental na perspectiva crítica e na Educação do Campo na atualidade? Entre os autores que contribuiram para a presente pesquisa estão Souza (2018), Loureiro (2004), Maia (2015), Paludo (2012), Freire (2005), entre outros.

Sabe-se que Paulo Freire é muito citado em inúmeros trabalhos acadêmicos, porém em poucas ocasiões seu pensamento e suas ideias são aprofundados no sentido de uma apropriação para a área do conhecimento em estudo. Na

Educação do Campo, por meio da Educação Popular o pensamento de Paulo Freire se faz presente e a mesma, sendo constituída por meio dos movimentos sociais, permanece resistindo ao processo hegemônico, obtendo em gestões de governo passadas certo acolhida, com aporte de políticas públicas que lhe dão sustentação, embora o quadro tenha mudado radicalmente após o Golpe em 2016. Momento que marca, assim, o retorno conservador que se agudiza cada vez mais no país, onde há de forma declarada, um verdadeiro clima de confronto com os movimentos sociais e, por sua vez, com a Educação do Campo e os Povos do Campo. Um exemplo, recentemente, por meio do Decreto Federal nº 20.252, publicado em 20 de fev. 2020 (Brasil, 2020a) reorganizou-se a estrutura do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), comprometendo programas importantes voltados para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e dos Quilombolas. Nessa reestruturação foi extinta a Coordenação responsável pela Educação do Campo, inviabilizando ainda a continuidade do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, um programa que até o ano de 2015 foi responsável pela formação de 192 mil camponeses e camponesas, da alfabetização ao ensino superior (Brasil de Fato, 2020).

Em Relação à Educação Ambiental a situação não foi diferente, diante do avanço de políticas conservadoras apoiadas pela Bancada Ruralista no Congresso Nacional, aprovou-se o Decreto nº 9.672, de 2 de janeiro de 2019 (Brasil, 2020b), revogado logo em seguida, no qual a Educação Ambiental foi restringida à Secretaria de Ecoturismo do Ministério do Meio Ambiente. Logo a seguir, com o Decreto nº 10.455, de 11 de Agosto de 2020 (Brasil, 2020c) a Educação Ambiental, por pressões de grupos nacionais e movimentos sociais foi inserida no Departamento de Educação e Cidadania Ambiental, retomando seus espaços no Ministério do Meio Ambiente, porém sem a força que tinha anteriormente, mesmo estando amparada por políticas públicas de âmbito nacional e decorrentes em estados e municípios do país. Mesmo assim, em

contraste à Educação Ambiental, estão presentes nesse cenário nefasto: a intensa liberação de agrotóxicos; o descaso com a Região Amazônica; o avanço do desmatamento e ainda a invasão de Reservas Indígenas; o desmantelamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); o negacionismo de forma oficial por parte do governo, em relação à crise climática.

Dessa forma, o panorama atual é de resistência. Resistência na defesa de uma Educação do Campo para os povos originários, resistência na defesa de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória, resistência na defesa de Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira e de todo o seu legado, imensamente valorizado nos demais países.

1 EDUCAÇÃO DO CAMPO E PAULO FREIRE

A Educação do campo segundo Souza (2018, pp. 22-23) está compromissada em valorizar as culturas do campo, com as lutas para que todo o povo tenha acesso à alfabetização, em formar os Educadores e Educadoras do Campo, produzir uma proposta de Educação Básica do campo e envolver as comunidades nesse processo, assim, uma Educação que emerge pensada e executada a partir da realidade dos povos do campo. E se conecta aos princípios da Educação Popular que é anterior à Educação do Campo, conforme concebida atualmente. A Educação Popular, por sua vez, possui raízes mais profundas e imbricadas com a triste realidade brasileira no que se refere à Educação, principalmente, àquela voltada para as populações mais carentes, considerando ainda os vergonhosos índices de analfabetismo no Brasil na década de 1960 e que perduram até os dias de hoje.



Assim, a necessidade de uma Educação Popular surge no cenário que marca o

[...] fim da II Guerra Mundial, em 1945, trouxe ao mundo a vitória dos ideais democráticos, que acabou influenciando as mobilizações nacionais da época. Passando pelos anos de 1950 e 1960, destacam-se as ideias de Paulo Freire, que deram ênfase ao trabalho da EP, e que mais tarde, transformar-se-iam em um marco nas ideias pedagógicas no Brasil e no mundo [...]. Tendo suas experiências de alfabetização popular direcionadas aos jovens e adultos das classes trabalhadoras, configurou-se como um momento em que a EP passou a ser reconhecida internacionalmente, vista como uma prática educacional libertadora (Santos & Araújo, 2019, p. 59).

Segundo Paludo (2012) as bases da educação popular são as experiências trazidas pela história de enfrentamentos do capital, pelos trabalhadores no contexto europeu.

Assim, Educação Popular e Educação do Campo caminham juntas nesse processo histórico, que envolve a defesa de uma educação concebida a partir da realidade dos povos do campo. Segundo ainda Paludo (2012) a Educação Popular vai se constituindo, aos poucos, como teoria e prática educativa alternativa a outras pedagogias, com suas práticas decorrentes com bases tradicionais e de cunho liberal, referenciais de uma educação com base elitista imposta ao povo brasileiro, desde os primórdios da educação no Brasil como o objetivo de manter o poder político, a exploração das forças de trabalho e a imposição de uma cultura descolada das raízes da população em geral.

Nesse caminhar histórico, ao observar de forma específica o Brasil percebe-se que desde o momento da implantação de uma educação jesuítica, atendendo aos interesses dos colonizadores, que perdurou por quase três séculos, substituída em seguida por aulas régias já na segunda metade do século XVIII, dentro de uma perspectiva liberal, não houve uma preocupação direta em proporcionar uma educação para a população em geral, principalmente a grande massa trabalhadora, sem levar em conta ainda os milhares de escravos que sequer foram lembrados por políticas do Império voltadas à educação. Com a vinda a família real portuguesa a partir de 1808, o que se viu foi uma preocupação em dar condições mínimas para que os filhos e filhas da Corte, tivessem uma Educação Superior no Brasil, além do estímulo à formação militar com as Academias Militares.

Com o advento da República a partir de 1889, novas perspectivas são traçadas, porém mais uma vez a educação da população em geral permanece em segundo plano, uma vez que as Elites tinham a Europa ainda como destino de seus filhos e filhas para uma educação diferenciada. Segundo ainda Paludo (2012) é possível identificar três momentos que favoreceram a constituição de uma educação popular no país, anteriores à década de 1990. O primeiro período ocorre em meados da Proclamação da República estendendo-se até os anos 1930, quando o Brasil se despede da chamada República Velha, ou República das oligarquias do Café e do Leite.

A partir de 1930, dentro de uma política de aliança com o povo, o governo de Getúlio Vargas caminha revolucionando a forma de gerenciar o país, atendendo aos principais intentos de pobres e ricos, embora o cenário externo fosse, aos poucos, tornando-se cada vez mais complexo vindo a afetar diretamente a economia do país. Em seguida, o país avança para o período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), seguido de um breve período democrático (1945-1964), influenciado também pelo cenário externo do mundo e, nesse período,

em função dos projetos de país em disputa emergem novamente concepções que vem de encontro à Educação Popular, com a criação de vários movimentos que se conectam aos interesses das classes menos favorecidas como, por exemplo, as Ligas Camponesas. Visualiza-se então o entrelaçamento entre a pedagogia tradicional, a pedagogia da escola nova e a concepção de educação popular inspirada na teoria de Paulo Freire.

O golpe civil-militar de 1964 aponta para uma escolha de modelo de progresso e de país, moldando-se aos interesses do capital internacional em um cenário com forte influência do EUA, o qual estabelecerá também um novo modelo de sociedade e de educação. Assim, a educação, aos poucos, foi ajustada para uma reprodução da ordem hegemônica vigente sob o domínio do capital, marginalizando todo o processo de educação voltada para os menos favorecidos. Com a crise do petróleo de 1974 a ditadura civil-militar sinaliza seus fracassos, reflexo também do cenário externo e, em 1978 as lutas populares avançam no cenário nacional.

Dessa forma a Educação Popular se firma no cenário político educacional, influenciando inclusive os direitos relativos à educação presentes na Carta Magna (1988) constituindo novos marcos para se pensar a educação no Brasil. Clarifica-se a relação entre educação e política, educação e classes sociais, educação e acesso ao conhecimento, educação e cultura popular, educação e posicionamento ético e entre educação e projeto de sociedade, desnudando a não neutralidade da educação (Paludo, 2012, p. 284).

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

A Educação Ambiental hoje é vista por diversas lentes, que vem a somar para o debate teórico e acadêmico, com reflexos na prática seja em sala de aula, seja no meio empresarial. Nesse contexto e em função das conexões necessárias

com os princípios da Educação Popular, parte-se de imediato para o debate sobre a Educação Ambiental em sua vertente crítica.

Dessa forma, vemos em Carvalho (2012) e Loureiro (2002) que falar em Educação Ambiental crítica e transformadora é afirmar a educação como práxis social que vem a contribuir no processo de construção de uma sociedade sustentável, pautada por patamares civilizacionais e societários diferentes dos atuais, onde o consumo pauta as relações sociais e de classe. A sustentabilidade da vida e a ética ecológica se estabelecem como seu cerne. Para Loureiro (2002, p. 38)

a Educação Ambiental crítica e transformadora é aquela que possui um conteúdo emancipatório, em que a dialética entre forma e conteúdo realiza-se de tal maneira que as alterações da atividade humana, vinculada ao fazer educativo, implicam mudanças individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e culturais.

Segundo Guimarães (2006) a proposta de Educação Ambiental crítica volta-se para um processo que desvela e desconstrói os paradigmas da sociedade moderna em suas armadilhas, passando a questionar o padrão hegemônico instalado na sociedade com reflexos na educação. Por outro lado, é um processo engajado de novas percepções e de transformações da realidade socioambiental, que passa a construir novos paradigmas constituintes de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Acredito que é pela práxis de uma educação ambiental crítica, promotora de um movimento coletivo conjunto que a educação e seus educadores possam contribuir de fato para a superação dessa grave crise ambiental que atravessamos em nosso pequeno planeta (Guimarães, 2006, p. 27).

Para Maia (2015) a Educação Ambiental crítica vem a evidenciar que a educação de uma forma geral, não pode ser instrumento ideológico a serviço de interesses majoritários ou hegemônicos, há que se estabelecer um processo contra hegemônico da realidade social, e com ela questionar a relação ser humano-natureza. Nessa concepção o ideal que está presente é de constituir sujeitos históricos, comprometidos com a construção social, diferentemente da que ocorre dentro do padrão hegemônico que se dá de forma injusta e excludente.

Maia (2015) salienta que deve haver assim, uma predisposição para o embate com o conformismo reinante na coletividade social e educacional, buscando uma mudança de pensamento que venha a descortinar verdades e a pleitear a emancipação pelo conhecimento. Faz-se necessário uma renovação política, ética e cultural da sociedade, interessada no máximo desenvolvimento da condição humana, rompendo definitivamente com o atual modo de produção centrado no capitalismo neoliberal e privatista. Assim, conforme salienta Maia (2015) pode-se entender Educação Ambiental,

sem perder de vista a importância do profundo rigor teórico, como processo de recuperação de valores perdidos na relação histórica dos seres humanos com o meio natural. Ela se desenvolve à medida que evidencia potencialidades humanas para ações dentro da realidade cotidiana que favoreçam a integração do indivíduo corpóreo, estético, social, político, emotivo e inteligente com seu entorno, superando a dicotomia sociedade-natureza (Maia, 2015, p. 109).

Por sua vez, Gonçalves (1990, p. 127) afirma que a Educação Ambiental é um processo de aprendizagem longo e contínuo, que

procura aclarar conceitos e fornecer valores éticos, de forma a desenvolver atitudes racionais, responsáveis, solidárias entre os homens; visa instrumentalizar os indivíduos dotando-os de competências para agir consciente e responsabilmente sobre o meio ambiente, através da interpretação correta da complexidade que encerra a temática ambiental e da inter-relação existente entre essa temática e os fatores políticos, econômicos e sociais.

Dentro desse contexto Tozzoni-Reis (2001) afirma que a Educação Ambiental é uma dimensão da educação, uma atividade intencional da prática social que imprime ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e seus semelhantes. O objetivo então é potencializar essa atividade humana, tornando-a mais plena de prática social e de ética socioambiental. Essa atividade intencional de prática social exige do ser humano, uma sistematização por meio de uma metodologia que organize os processos de transmissão e de apropriação crítica de conhecimentos, atitudes e valores políticos, sociais e históricos, fundamentais para uma mudança e enfrentamento do padrão hegemônico instalado no meio social com reflexos diretos no meio educacional.

[...] se a educação é mediadora na atividade humana, articulando teoria e prática, a Educação Ambiental é mediadora da apropriação, pelos sujeitos, das qualidades e capacidades necessárias à ação transformadora responsável diante do ambiente em que vivem. Pode-se dizer que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela apropriação/transmissão crítica e transformadora da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente (Tozzoni-Reis, 2001, pp. 42-43).



Segundo Carvalho (2004) dentro de uma perspectiva de Educação Ambiental na vertente crítica, a formação humana incide sobre as relações do indivíduo e sociedade e, nesse sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. As pessoas constituem-se na relação com o mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis com os outros. Essa tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, com o coletivo de forma geral, sem divisões ou hierarquias sobre essas dimensões da ação humana. Dessa forma, Guimarães (2004) afirma que a Educação Ambiental crítica propõe-se a clarear a realidade, inserindo-se no processo educativo visando a contribuir na transformação da sociedade atual, assumindo de forma inalienável sua dimensão política. Portanto, na educação formal, certamente esse processo educativo não se basta dentro dos muros de uma escola, o que explicita a interface entre essa Educação Ambiental e a Educação Popular.

Segundo Loureiro (2004, p. 81), a Educação Ambiental crítica

ênfatisa a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Está focada nas pedagogias problematizadoras do concreto vivido, no reconhecimento das diferentes necessidades, interesses e modos de relações na natureza que definem os grupos sociais e o 'lugar' ocupado por estes em sociedade, como meio para se buscar novas sínteses que indiquem caminhos democráticos, sustentáveis e justos para todos. Baseia-se no princípio de que as certezas são relativas; na crítica e autocrítica constante e na ação política como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e de transformação social que possibilitem o estabelecimento de novos patamares de relações na natureza.



Assim, concebendo todo o processo de construção de uma Educação Ambiental crítica, emancipatória e transformadora da realidade ora vivida, resta-nos questionar em que momento há convergências desse processo com o pensamento de Paulo Freire? Torres, Ferrari e Maestrelli (2014, p. 39) apontam que o desenvolvimento da dinâmica da abordagem temática Freireana¹, remete à práxis e a busca de temas geradores, que sintetizam as situações significativas vividas pelos sujeitos escolares, permitindo a efetivação dos principais atributos de uma Educação Ambiental em uma perspectiva crítico transformadora. O Quadro 1, apresenta uma sintetização dessa aproximação, com base nos Autores já citados e ainda com a contribuição de Loureiro (2005).

QUADRO 1 – APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL² E A ABORDAGEM TEMÁTICA FREIREANA.

Abordagem Temática Freireana	Princípios Teóricos-críticos e a Prática em Educação Ambiental
Trabalho coletivo; contextualização dos problemas locais; a relação entre escola e comunidade; a relação entre a dimensão local e global; a interdisciplinaridade; a produção e disseminação de materiais didático-pedagógicos; a relação entre a dimensão individual/coletivo; a perspectiva crítica e problematizadora do conhecimento; a abordagem globalizante do meio ambiente; a cooperação; o respeito; a solidariedade; a igualdade.	Vinculação do conteúdo curricular com a realidade de vida da comunidade escolar; aplicação prática e crítica do conteúdo aprendido; articulação entre conteúdo e problematização da realidade de vida, da condição existencial e da sociedade; projeto político-pedagógico construído de modo participativo; aproximação escola comunidade; possibilidade concreta de o Professor articular ensino e pesquisa, reflexão sistematizada e prática docente.

FONTE: Adaptado de Torres, Ferrari e Maestrelli (2014).

¹A abordagem temática Freireana consiste na estruturação de programas escolares em que a seleção dos conteúdos específicos de cada área do conhecimento é balizada por temas geradores, os quais sintetizam situações/contradições existenciais vividas. Tais temas são obtidos por meio da investigação temática e a partir deles são gerados os programas escolares através do processo de redução temática. Essa perspectiva curricular é de caráter essencialmente participativa, uma vez que é realizada junto à comunidade escolar e à do entorno (Torres, Ferrari & Mastrelli, 2014, pp. 23-24).

²Ver: Loureiro, C.F.B. (2005). Teoria crítica. In Ferraro-Junior, L.A. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v.1, 325-32. Disponível em https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf

Assim, verifica-se que o pensamento e as ideias de Paulo Freire, aqui abordados por meio da Abordagem Temática Freireana (Torres, Ferrari & Masestrelli, 2014) estão presentes na forma de pensar uma teoria crítica de Educação Ambiental (Loureiro, 2005) no ambiente de ensino e aprendizagem. Esse ambiente se, primeiramente, for de trocas, diálogos, de inclusão, de aceitação, de participação coletiva, como também de ensino e aprendizagem pode e deve congrega um processo de construção do conhecimento de forma crítica à realidade, que traga em seu bojo os estímulos à emancipação do ser humano e com isso possibilidades de transformação dessa realidade.

Segundo Dickmann e Carneiro (2012) o pensamento e as ideias de Paulo Freire contribuem para a Educação Ambiental também, enquanto concepção de ser humano, assim, formadora de uma ética de responsabilidade das pessoas entre

si e no uso dos bens naturais renováveis e não renováveis, em prol da sustentabilidade no mundo: um outro mundo possível, onde as relações e ações se pautem pela busca permanente do equilíbrio ecológico dinâmico para a vida com qualidade. Assim, a Educação Ambiental terá sentido na medida em que desenvolva a liberdade humana para optar, decidir e agir de acordo com os princípios e valores cidadãos de respeito, honestidade, justiça, prudência e solidariedade para com a realidade-mundo (Dickmann & Carneiro, 2012, p. 93).

Para os mesmo Autores ainda, o pensamento de Paulo Freire influencia também na concepção de mundo a ser perspectivada, sendo “constitutiva da Educação Ambiental no sentido de fundar e possibilitar a reflexão desveladora das relações entre o ser humano e o mundo, aspecto central a uma educação voltada ao meio ambiente” (Dickmann & Carneiro, 2012, p. 93).



Nessa linha de pensamento, as questões de intervenção humana no mundo são fundamentais para problematizar temas emergentes socioambientais da vida cotidiana dos educandos (impactos da tecnologia, globalização da economia neoliberal, pobreza e miséria, lixões, exploração do trabalho humano, etc.), que em razão da Educação Ambiental necessitam ser pensados numa perspectiva de realidade-mundo dialética, sistêmico complexa, em constante mudança e transformação versus uma visão ingênua de mundo, como algo dado, imutável e fragmentado. O próprio Freire enfoca que é necessário, para uma Educação Libertadora e Crítica, ampliar a leitura de mundo. Sob o foco das questões socioambientais, essa ampliação de leitura de mundo é relevante, pois elas são multidimensionais, ou seja, relacionam-se aos vários segmentos sociais – políticos, econômicos, culturais, éticos, tecnológicos, entre outros. Por isso, uma visão interdisciplinar e multireferencial se torna necessária para a apreensão da interconectividade complexa dos problemas da realidade do ambiente (Dickmann & Carneiro, 2012, p. 94).

Segundo ainda Dickmann e Ruppenthal (2017) mesmo não sendo um ambientalista no sentido de ter se dedicado ao debate sobre as questões ambientais em sua época e ainda, não ter em seus escritos apontamentos sobre a Educação Ambiental, o pensamento e as ideias de Paulo Freire são basilares para a busca de uma educação participativa, crítica e transformadora, em razão de suas reflexões epistemológicas, éticas, políticas e pedagógicas que se refletem até os nossos dias, contribuindo, assim, para se pensar uma Educação Ambiental crítica em razão da realidade vivida, impactada pela supremacia de uma lógica do capital que se entranha em todos os liames da sociedade, com reflexos diretos na escola, no educador e no educando.



Segundo Paulo Freire, ao vivenciar momentos difíceis em sua vida pessoal e profissional, com a condição de exílio, por exemplo, a realidade social

objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens. Ao fazer-se opressora a realidade implica a existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes, a quem cabe realmente lutar por sua libertação juntamente com os que com eles em verdade se solidarizam, precisam ganhar a consciência crítica da opressão, na práxis desta busca (Freire, 2005, p. 41)

Assim, conjugar a Educação Ambiental dentro de uma perspectiva crítica, emancipatória e transformadora da realidade é papel de todos os envolvidos nesse confronto com o ideário hegemônico estabelecido. Nesse sentido, os escritos de Paulo Freire apontam os caminhos viáveis para uma tomada de posição, posto que o ser humano se constitui em função da totalidade que o cerca, e mesmo modificada pelo próprio ser humano, o meio ambiente ou a natureza complementam o seu modo ser e de fazer a própria existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença das ideias de Paulo Freire na Educação do Campo se fazem perenes por meio da Educação Popular e necessárias, diante do contexto atual de país e de mundo. O mesmo ocorre com a Educação Ambiental, embora as diversas correntes de pensamento presentes e seus aprofundamentos, a conexão com o ideário de Paulo Freire propicia uma maior robustez na luta necessária, por uma educação crítica à realidade social que ora se impõe, resultante um cenário



hegemônico conservador, liberal e privatista que tem como foco o privilégio do capital financeiro atrelado às grandes corporações.

Dessa forma, Paulo Freire está presente na Educação do Campo e na Educação Ambiental, como todo o seu legado, fortalecendo a cada educador, seja do campo, seja ambiental, com suas Obras, com seus exemplos de vida, inspirando a todos a fazerem a diferença, a insistirem sem temor na mudança dos seres humanos pela educação e a esperar que com eles, se pode mudar a triste realidade que assola o país.

Assim, a missão de educar não se tornou mais fácil do que à época de Paulo Freire. Porém, com seus ensinamentos pode-se reconhecer de um lado a presença do opressor e de outro, a força que a educação pode e deve ter para desvelar a realidade que oprime, movendo a todos em busca da liberdade, da transformação social e da autonomia de pensamento.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Brasil (2020a) Decreto nº 10.252, de 20 de Fevereiro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2020/decreto-10252-20-fevereiro-2020-789792-publicacaooriginal-160038-pe.html>

Brasil (2020b). Decreto n. 9.665, de 2 de janeiro de 2020 - Revogado. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder



Executivo - FCPE. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9665.htm.

Brasil (2020c). Decreto nº 10.455, de 11 de Agosto de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Meio Ambiente e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Decreto/D10455.htm#art7

Brasil de Fato (2020). Com fim do Pronera, Bolsonaro ataca educação dos povos do campo. Disponível em
<https://www.brasildefato.com.br/2020/02/28/com-fim-do-pronera-bolsonaro-ataca-educacao-dos-povos-do-campo>

Carvalho, I. C. M. (2004). Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In Layrargues, P. P. (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, DF: MMA, 2004. Disponível em
http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf

CARVALHO, I. C. M. (2012). Educação ambiental: A formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez

Dickmann, I. & Carneiro, D. (2012). Paulo Freire e Educação ambiental: Contribuições a partir da obra Pedagogia da Autonomia. Rev. Educação Pública, v.21, n. 45, jan./abr. Disponível em
https://www.researchgate.net/publication/282817113_Paulo_Freire_e_Educacao_ambiental_contribuicoes_a_partir_da_obra_Pedagogia_da_Autonomia

Dickmann, I. & Ruppenthal, S. (2017). Educação Ambiental Freiriana: Pressupostos e método. Revista de Ciências Humanas – Educação, v. 18, n.30,



jul.. Disponível em
<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2582>

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

Gonçalves, D. (1990). Educação ambiental e o ensino básico. In *Seminário Nacional Sobre Universidade e Meio Ambiente*, v. 4. Florianópolis. Anais... [S.l.: s.n.], 125-146.

Guimarães, M. (2006). Armadilha paradigmática na educação ambiental. In Loureiro, C. F. B., Layrargues, P. P. & Castro, R. S. (Org.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez

Loureiro, C. F. B. (2002). Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In Loureiro, C. F. B., Layrargues, P. P. & Castro, R. S. *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez

Loureiro, C. F. B. (2004). Educação ambiental transformadora. In: Layrargues, P. P. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília, DF: MMA. Disponível em
http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf

Loureiro, C. F. B. (2005). Teoria crítica. In: Ferraro-Junior, L.A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v.1, 325-332. Disponível em
https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/encontros.pdf

MAIA, J. S. da S. (2015). *Educação ambiental crítica e formação de professores*. Curitiba: Appris



Paludo, C. (2012). Educação Popular. In Caldart, R.. et al. (Org.) Dicionário da educação do campo. São Paulo: Expressão Popular

Santos, J. B. & Araújo, E. J. M. (2019). Educação do campo no campo da educação popular: Caminhos para efetivação de uma educação emancipadora. Rev. Ed. Popular. v. 18, n. 3, 56-73, set./dez. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/48761>

Souza, M. A. de (Org.) (2018). Escola pública, educação do campo e projeto político-pedagógico. Curitiba: UTP

Torres, J. R., Ferrari, N. & Maestrelli, S. R. P. (2014). Educação Ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: Teoria e prática freireana. In: Loureiro, C. F. B. & Torres, J. R. (Orgs.). Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez

Tozzoni-Reis, M. F. C (2001). Educação ambiental: Referências teóricas no ensino superior. Interface, São Paulo, v. 5, n. 9, 33-50, 2001. Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/icse/v5n9/03.pdf>